

NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(Em harmonia com o ponto 8.2 do POCAL)

Nota introdutória

As notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados permitem facultar informação adicional tendo em vista uma adequada compreensão das situações expressas nas demonstrações financeiras ou de outras situações que, não tendo reflexo nessas demonstrações, são úteis para uma melhor avaliação do seu conteúdo. O documento que se segue foi elaborado nos termos do ponto 2 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro. Foi igualmente considerado o disposto na resolução n.º 4/2001, de 12 de julho, do Tribunal de Contas. De acordo com este enquadramento, todos os movimentos contabilísticos do ano de 2011 foram efetuados em obediência com os princípios contabilísticos instituídos pelo POCAL, no sentido de evidenciar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira do Município.

Estas notas têm como referência a numeração definida no ponto 8.2 do POCAL, omitindo-se todos os pontos aí definidos que não são aplicáveis, ou sobre cujo conteúdo se considera não existir informação relevante que justifique a sua divulgação.

Nota 8.2.1 – Não foi derogada nenhuma disposição do POCAL que produzisse efeitos no Balanço e na Demonstração de Resultados

Nota 8.2.2 – No Balanço:

No ano de 2011 todas as contas são comparáveis com as do ano anterior.

Nota 8.2.3 – Critérios Valorimétricos

A) Imobilizado

O ativo imobilizado incluído no balanço foi valorizado nos termos do POCAL e do Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE), ou seja, ao custo de aquisição ou ao custo de produção, sendo que se considera como custo de aquisição de um ativo o respetivo preço de compra mais os gastos suportados direta e indiretamente para o colocar no seu estado atual. Da mesma forma, entende-se como custo de produção de um bem a soma dos custos das

matérias-primas e outros materiais diretamente consumidos, da mão de obra direta e de outros gastos gerais de fabrico necessariamente suportados para o produzir.

Os métodos de avaliação utilizados pela empresa SIGHT Portuguesa – Consultores de Gestão, S.A., no seu trabalho de avaliação do património encontram-se em documento anexo.

Ver (Anexo I)

No caso de alienação de imobilizações corpóreas, optou-se por não se efetuar a diminuição do valor de custo no ativo, enquanto a gestão de imobilizado não se encontrar em plena execução, altura em que se poderá apurar o valor líquido contabilístico de cada bem, permitindo desta forma a obtenção da mais ou menos valia contabilística. Por conseguinte, as alienações efetuadas ficam registadas na conta “794 – Alienação de Imobilizações Corpóreas”.

B) Circulante

As existências foram valorizadas ao custo de aquisição, traduzindo, à semelhança do que acontece com o ativo imobilizado, o valor da fatura, acrescido de outras despesas necessárias à sua entrada em armazém.

C) Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes nos documentos que as titulam.

D) Disponibilidades

Os depósitos em instituições financeiras e os respetivos valores constantes em caixa representam o valor dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito. Não houve utilização de fundos de maneio em 2011.

Nota 8.2.4 – Todas as operações registadas em contas incluídas no Balanço e na Demonstração de Resultados foram expressas em euros, pelo que não se recorreu a cotações para conversão de moeda.

Nota 8.2.5 – O resultado do exercício não foi afetado por valorimetrias diferentes das previstas no Capítulo 4 “Critérios de Valorimetria” do POCAL, nem por amortizações do ativo imobilizado superiores às adequadas, nem por provisões extraordinárias respeitantes ao ativo.

Nota 8.2.6 – A conta “432 – Despesas de Investigação e de Desenvolvimento” não apresenta movimento em 2011.

Nota 8.2.16 – Designação e sede das entidades participadas, com indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios ou equivalente e do resultado do último exercício em cada uma dessas entidades.

Ver (Anexo II)

Nota 8.2.22 – Dívidas de cobrança duvidosa

As dívidas de cobrança duvidosa derivam da conta “Clientes/Contribuintes/Utentes” e coincidem com o saldo da conta “218 – Utentes de Cobrança Duvidosa”. Estas dívidas são provenientes de cobranças de faturação de água, saneamento e resíduos sólidos.

Nota 8.2.23 – Dívidas Ativas e Passivas respeitantes a Pessoal

Não há dívidas ativas e passivas a Pessoal.

Em 1 de janeiro de 2012, vencem os direitos de férias e subsídios de férias dos funcionários camarários estimados em 766.784,08€. Este valor foi devidamente especializado como custo do exercício, através da conta “2732 – Acréscimo de Custos – Remunerações a liquidar”.

Nota 8.2.26 – Contas de ordem

Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança.

Ver (Anexo III)

Nota 8.2.27 – Quadro do desdobramento das contas de provisões

A conta “29.1 – Provisões para cobrança duvidosa”, nos termos do ponto 2.7.1 do POCAL, respeita a dívidas por fornecimento de água, saneamento e resíduos sólidos dos anos anteriores a 2010, inclusive. A percentagem de utilização foi assim de 100%, pelo facto das dívidas objeto de provisão serem superiores a 1 ano, sendo a sua composição a seguinte:

Código de Contas	Provisões	Saldo Final
19	Para aplicação de tesouraria	263.893,43€
291	Para cobranças duvidosas	
292	Para riscos e encargos	
39	Para depreciação de existências	
49	Para investimentos financeiros	

Nota 8.2.31 – Demonstração de resultados financeiros.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS

Entidade	Município de Ílhavo	janeiro a dezembro		Ano - 2011			
Unidade em: Euros (€)							
Código das Contas	Custos e Perdas	Exercício		Código das Contas	Proveito e Ganhos	Exercício	
		2011	2010			2011	2010
681	Juros Suportados	1.000.833,84	847.428,72	781	Juros Obtidos	15.805,70	7.818,46
682	Perdas em Entidades Participadas			782	Ganhos em Entidades Participadas		
683	Amortizações de Investimentos em Imóveis			783	Rendimentos de Imóveis	140.620,94	103.304,90
684	Provisões para Aplicações Financeiras			784	Rendimentos em Participações de Capital	356.489,06	492.128,89
685	Diferenças de Câmbio Desfavoráveis			785	Diferenças de Câmbio Favoráveis		
687	Perdas na Alienação de Aplicações de Tesouraria			786	Descontos de Pronto Pagamento Obtidos		123,62
688	Outros Custos e Perdas Financeiras	6.803,09	4.653,92	787	Ganhos na Alienação de Aplicações de Tesouraria		
	Resultados Financeiros	-494.721,23	-248.706,77	788	Outros Proveitos e Ganhos Financeiros		
		512.915,70	603.375,87			512.915,70	603.375,87

Nota 8.2.32 – Demonstração de resultados extraordinários.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Entidade	Município de Ilhavo	janeiro a dezembro		Ano - 2011			
Unidade em: Euros (€)							
Código das Contas	Custos e Perdas	Exercício		Código das Contas	Proveito e Ganhos	Exercício	
		2011	2010			2011	2010
691	Transferências de Capital Concedidas	912.635,65	1.507.842,11	791	Restituição de Impostos		
692	Dívidas Incobráveis			792	Recuperação de Dívidas		
693	Perdas em Existências			793	Ganhos em Existências		
694	Perdas em Imobilizações			794	Ganhos em Imobilizações	162.390,60	162.000,48
695	Multas e Penalidades			795	Benefícios de Penalidades Contratuais	106.381,91	97.668,00
696	Aumentos de Amortizações e Provisões			796	Redução de Amortizações e Provisões		
697	Correções Relativas a Exercícios Anteriores	865,55	3.984,48	797	Correções Relativas a Exercícios Anteriores	8.647,08	20.523,28
698	Outros Custos e Perdas Extraordinárias	1.323,43	338,80	798	Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	848.672,93	724.122,46
	Resultados Extraordinários	211.267,89	-507.851,17				
		1.126.092,52	1.004.314,22			1.126.092,52	1.004.314,22

Outras informações relevantes.

A) Anexa-se listagem das faturas que constam do mapa “Dívidas a Terceiros” e que se encontravam cedidas a 31 de dezembro de 2011 a entidades de factoring;

Ver (Anexo IV)

B) Dá-se também conhecimento em mapa próprio dos contratos de factoring celebrados pelos nossos fornecedores junto das entidades de factoring ao longo do ano de 2011;

Ver (Anexo V)

C) No ano de 2005, integrou-se o valor da inventariação do património realizado pela empresa SIGHT Portuguesa – Consultores de Gestão, S.A., à data de 31/12/2003.

Foram assim, deduzidos os valores de imobilizado respeitantes a 2002 e 2003, por terem sido já considerados nos respetivos anos evitando assim a duplicação destes.

Relembre-se que o POCAL, regime contabilístico que permite a contabilização do imobilizado, foi aplicado com referência a 01/01/2002.

Salienta-se o facto de que não se procedeu à dedução do valor do equipamento de transporte, pelo mesmo não ter sido objeto de inventariação dos bens adquiridos naqueles anos;

D) Não foram ainda considerados os valores de amortização do imobilizado, para além dos indicados pela empresa, referida em c), acumulados e do exercício, devido à complexidade inerente a este trabalho, bem como pela necessidade de adaptação ao programa informático que gere o imobilizado. No entanto, através de um programa próprio de imobilizado, já foram apuradas as amortizações até ao ano de 2005 e 2009, e parcialmente o ano de 2010. Nesta perspetiva, não houve ainda a transferência da conta de “Acréscimos e Diferimentos – Subsídios para o Investimento”, para uma conta “79.8.3” de forma a não desvirtuar os resultados do exercício. Porém, e pelo que foi mencionado, o valor do imobilizado no balanço apresenta-se bem mais próximo da realidade em paralelismo com o que vinha acontecendo.

Critérios e Métodos Utilizados no Trabalho de Inventariação e Avaliação da SIGHT Portuguesa, S.A.

Bens Móveis:

- 461 – Bens ao custo histórico;
- 348 – Bens pelo método comparativo;
- 136 – Bens pelo valor de mercado;
- 4891 – Bens pelo custo histórico;
- 26 – Bens pelo custo histórico mas com valor zero;
- 3720 – Bens pelo método comparativo;
- 4970 – Bens pelo valor de mercado;
- 61 – Bens não foram valorizados (Obras de arte).

Bens Imóveis:

Nos bens imóveis foi aplicado essencialmente, o valor real de mercado, considerando-se como tal o preço mais provável de transação num mercado aberto e competitivo, estando vigentes todas as condições para uma venda justa, em que o comprador e o vendedor agem de forma prudente e conhecedora, e assumindo que o preço não é afetado por estímulos indevidos.

O método de custeio utilizado foi o de custo, consistindo o mesmo na conclusão sobre o valor do imóvel a partir da contabilização do valor de substituição a novo, deduzido da depreciação física, funcional e económica. Por isso, não foram consideradas as amortizações na rubrica “Edifícios e Outras Construções”.

Integração da inventariação da SIGHT, S.A.

Unidade: Euros (€)

	Valor da SIGHT, S.A.		Valor da contabilidade em 31/12/2003	Valor a integrar	Conta
	V. Bruto	Amortiz.			
Bens Móveis					
Equipamento básico	2.509.895,36	743.795,18	286.723,01	2.223.172,35	42.3.9.99 / 48.2.3.9.99
Equipamento de transporte	112.383,73	12.555,83		112.383,73	42.4.9.99 / 48.2.4.9.99
Ferramentas e utensílios	35.540,48	10.536,31	7.054,66	28.485,82	42.5 / 48.2.5.9.99
Equipamento administrativo	666.837,83	322.075,27	56.194,83	610.643,00	42.6 / 48.2.6.9.99
Outras imobilizações corpóreas	895.156,64	219.968,60	24.582,24	870.574,40	42.9.8.99 / 48.2.9.9.99
Sub - Total	4.219.814,04	1.308.931,19	374.554,74	3.845.259,30	
Bens imóveis - Domínio Público					
Jardins e praças	2.517.027,00		370.773,31	2.146.253,69	
Rede viária	34.094.500,00		1.513.683,95	32.580.816,05	
Abastecimento de água	9.898.400,00		242.440,01	9.655.959,99	
Saneamento	10.367.400,00		4.660.983,13	5.706.416,87	
Sub - Total	56.877.327,00	0,00	6.787.880,40	50.089.446,60	45.3.9.9
Bens imóveis - Domínio Privado					
Terrenos	12.051.000,00		324.764,98	11.726.235,02	42.1
Construção	31.486.538,00		5.457.001,92	26.029.536,08	42.2.2.98
Sub - Total	43.537.538,00	0,00	5.781.766,90	37.755.771,10	
TOTAL GERAL	104.634.679,04	1.308.931,19	12.944.202,04	91.690.477,00	

Mapa do Activo e das Amortizações

Unidade: Euros (€)

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos / Reduções	Saldo Final	Regularizações SIGHT	Saldo Final	Amortizações SIGHT
Terrenos	805.874,11	1.264.548,26	2.070.422,37	11.726.235,02	13.796.657,39	
Edifícios e outras construções	16.245.213,82	12.027.547,39	28.272.761,21	26.029.536,08	54.302.297,29	
Equipamento básico	1.016.777,33	428.921,35	1.445.698,68	2.223.172,35	3.668.871,03	743.795,18
Equipamento de transporte	243.478,49	37.082,51	280.561,00	112.383,73	392.944,73	12.555,83
Ferramentas e utensílios	13.064,74	332,99	13.397,73	28.485,82	41.883,55	10.536,31
Equipamento administrativo	268.719,53	638.467,63	907.187,16	610.643,00	1.517.830,16	322.075,27
Outras imobilizações corpóreas	25.000,88	0,00	25.000,88	870.574,40	895.575,28	219.968,60
Sub - Total	18.618.128,90	14.396.900,13	33.015.029,03	41.601.030,40	74.616.059,43	1.308.931,19
Imobilizado Incorpóreo	0,00	12.883,24	12.883,24	0,00	12.883,24	
Sub - Total	0,00	12.883,24	12.883,24	0,00	12.883,24	
Imobilizado em curso	2.385.061,66	354.277,64	2.739.339,30		2.739.339,30	
Sub - Total	2.385.061,66	0,00	2.739.339,30	0,00	2.739.339,30	